



ATRIBUIÇÃO BOLSAS DE ESTUDO 1º CICLO DO ENSINO SUPERIOR

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome _____

NIF _____ BI / CC n.º _____, válido até ____ / ____ / ____

Morada _____

Código Postal _____ - _____ Localidade _____

Contacto telefónico _____ e-mail _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade ____

Encarregado de Educação (quando o estudante for menor)

Nome _____

Contacto telefónico _____ e-mail _____

SITUAÇÃO ESCOLAR

Eu _____ declaro que me encontro matriculado no estabelecimento de ensino _____, no ____ ano do curso de _____ e tive aproveitamento no ano letivo transato com média de _____ valores.

DECLARAÇÕES

Declaro expressamente, através do presente documento, assumir inteira responsabilidade pela exatidão e veracidade das informações prestadas, ficando, desde já, a Câmara Municipal de Viana do Castelo autorizada a realizar as diligências que julgue necessárias para as comprovar - e pela autenticidade dos documentos em anexo, e ainda que tenho conhecimento que a prestação de falsas declarações acarretará o indeferimento do pedido de apoio.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Viana do Castelo, _____

O Requerente,

PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O Município de Viana do Castelo é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos e tratados no presente requerimento, nos termos e para os efeitos de atribuição de Bolsa de Estudo 1º Ciclo do Ensino Superior.

Os dados pessoais recolhidos serão objeto de consulta e análise, registo, organização e estruturação, pela Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo, com vista à proposta de decisão sobre o pedido de concessão da medida de apoio, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

Os titulares dos dados têm o direito de solicitar ao Município de Viana do Castelo o acesso aos dados que lhes digam respeito, a sua retificação ou apagamento, a limitação do tratamento e o direito de se oporem a qualquer tipo de tratamento, podendo retirar o consentimento prestado a qualquer altura.

Os titulares dos dados têm, além do direito à portabilidade dos dados pessoais, a possibilidade de apresentarem uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativamente ao tratamento de dados realizado pelo Município de Viana do Castelo.

O tratamento dos dados pessoais constitui um requisito necessário para a decisão do pedido de atribuição da medida de apoio. Por isso, o exercício do direito de retificação dos dados pessoais constitui, igualmente, um ónus a que estão sujeitos os seus titulares, indispensável à formação da decisão administrativa assente em pressupostos, de facto e de direito, lícitos, corretos e atuais. O exercício dos direitos de apagamento, limitação ao tratamento, oposição ao tratamento ou retirada do consentimento, que é sempre livre, poderá gerar o indeferimento da pretensão, se por via do exercício de tais direitos ficar comprometida a avaliação ou o cumprimento dos requisitos necessários à atribuição da medida de apoio.

CONSENTIMENTO DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Declaro ter lido e compreendido a informação constante deste documento, referente à proteção dos dados pessoais.

Declaro que estou devidamente autorizado pelos titulares dos dados pessoais dos membros do agregado familiar que inscrevo para apresentação do pedido a fornecê-los ao Município de Viana do Castelo para os tratamentos e finalidades acima identificados. Desta forma, em nome próprio e em representação dos demais membros do agregado familiar que inscrevo, permito a utilização dos dados que de forma livre e voluntária forneço, confiando que serão utilizados para as finalidades supra descritas.

Viana do Castelo, _____

O Requerente _____

ELEMENTOS ANEXOS À CANDIDATURA

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento.

Atestado emitido pela respetiva Junta de Freguesia, onde seja mencionado o tempo de residência no concelho;

Comprovativo da composição do agregado familiar, emitido pela Autoridade Tributária;

Certificado de matrícula no ensino superior com especificação do curso;

Declaração passada pelo estabelecimento de ensino secundário que o candidato frequentou, onde conste a média de candidatura ao ensino superior, no caso de candidaturas relativas ao 1º ano de licenciatura;

Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar, onde conste a média (no caso de candidaturas aos anos seguintes ao 1º ano de licenciatura);

Cópia da última declaração de I.R.S. (Modelo 3) e nota de liquidação, referente a todos os elementos do agregado familiar;

Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos pelos elementos do agregado familiar que se encontrem a exercer atividade profissional remunerada, dos 2 meses anteriores à data da candidatura;

Em situação de desemprego ou incapacidade temporária para o trabalho, declaração da Segurança Social comprovativa da prestação, onde mencione o valor da mesma;

Comprovativo da frequência escolar, no caso de existirem no agregado familiar, elementos com idade igual ou superior a 18 anos que se encontrem a estudar;

Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda ou encargo com empréstimo bancário, apenas destinado a habitação própria permanente);

Comprovativo de despesas de saúde, em caso de doença crónica, devidamente comprovada;

Fotocópia de Atestado de Médico de Incapacidade Multiuso do candidato, que comprove o grau de incapacidade igual ou superior a 60% (caso se aplique);

Comprovativo de despesas do aluno deslocado.